POLÍTICAS PÚBLICAS QUE EMPOBRECERAM O BRASIL: COMENTÁRIOS[1]

Edmar Bacha

30/05/2022 (Revistos, 01/06/2022)

- **Faço observações politimétricas.**
- **Primeira observação é que metade das políticas analisadas nos 25 capítulos do livro lida com expansões equivocadas do gasto público, que não passam numa análise de custos e benefícios sociais; a outra metade com políticas que distorcem a alocação de recursos, reduzindo o bem-estar social.**
- **Segunda observação é que 2/3 dessas políticas foram implantadas entre 2003 e 2012. Se as somarmos às más políticas anteriores que tiveram continuidade nesse período, chegamos à conclusão que 80% das políticas equivocadas analisadas no livro tiveram curso durante os governos do PT.**
- **São políticas que foram aplicadas em nome do chamado nacional-desenvolvimentismo. Trata-se de uma visão de política econômica que tem quatro vertentes, todas danosas. A primeira é a ideia que "gasto é vida", que justifica o expansionismo fiscal-monetário. A segunda é o estatismo, que justifica as empresas públicas. A terceira, o intervencionismo,**

[1] Comentários apresentados no evento de lançamento do livro Para não esquecer: políticas públicas que empobreceram o Brasil (org. Marcos Mendes. Editora Autografia, ebook gratuito, 2022). São Paulo: Insper, 30/05/2022.

que justifica a interferência do setor público no setor privado. A quarta, o protecionismo, que justifica o fechamento da economia.

- **O período 2003-2012 teve duas características. A primeira já mencionada é que foram de governos do PT. A segunda é que foi nesse período que se manifestou o superboom das commodities ao qual se associou a descoberta do pré-sal.**
- **Foi da conjunção das ideias econômicas erradas do PT com a abundância de recursos nas mãos do governo que resultou a maior parte das políticas equivocadas analisadas no livro. A união de ideias erradas com dinheiro na mão é explosiva. Provocou aqui o "efeito voracidade" de que trata a literatura sobre a maldição dos recursos naturais.**
- **O fato é que essas ideias erradas continuam por aí e poderão ascender de novo ao poder a partir de 2023. Só que nesse caso será sem dinheiro na mão – dinheiro este que, no superboom das commodities, impediu que essas políticas equivocadas tivessem efeitos ainda mais inflacionários e fossem ainda mais danosas do que já foram.**
- **Levadas à frente no ambiente externo desafiador que se afigura para os próximos anos, tais ideias poderão levar a economia brasileira para um desastre completo, ao estilo da Argentina ou da Venezuela.**
- **Daí a importância deste livro. Dar munição a pessoas esclarecidas que estejam num eventual novo governo do PT --**

se for esta a alternativa ao descalabro bolsonarista de que todos queremos nos livrar -- ajudar essas pessoas bem-intencionadas a impedir a repetição do rosário de políticas equivocadas implantadas entre 2003 e 2012

- **Melhor ainda se o livro tiver o efeito de alavancar uma terceira via política (agora representada pela muito bem-vinda candidatura de Simone Tebet), porque aí sim poderíamos nos livrar de uma vez tanto dos populismos de esquerda quanto dos da direita.**
- **E assim retomar as reformas econômicas progressistas e liberalizantes que caracterizaram o governo de FHC. Reformas essas bem descritas nos 30 episódios dos podcasts da Casa das Garças sobre a Arte da Política Econômica. Podcasts esses que deveremos transformar em livro eletrônico ainda este ano.**
- **Fica a politimetria, e fica a esperança**

*****

Pontos Agregados no Debate:

- **Sobre a pertinência das políticas expansionistas aplicadas em 2008, em resposta à crise financeira internacional. Pertinentes para a ocasião. Problema é que – com a desculpa de praticar políticas anticíclicas – introduziram-se políticas distorcedoras que tiveram continuidade bem além da "marolinha" de 2008. Das 32 políticas analisadas no livro, nada menos do que oito tiveram início em 2008: Fundos garantidores da contrução**

naval (Cap. 4), Fundo Soberano do Brasil (Cap. 5), Programa de Sustentação do Investimento (Cap. 8), MEI (Cap. 11), Centro nacional de tecnologia eletrônica avançada, Ceitec (Cap. 16), Expansão do ensino superior especialmente dos institutos federais (Cap. 18), Piso salarial dos professores (Cap. 20).

- **Sobre a questão do que importa mais para a introdução e continuidade dessas políticas: a ideologia ou os interesses? A resposta é que ambos importam, mas o problema não se resume a eles. Veja o caso do fechamento da economia. Os interesses são óbvios, mas por que parecem ser tão mais fortes no Brasil do que em outros países? A ideologia joga um papel, na forma de uma interpretação simplista da história do país: estagnação no século XIX com exportação de produtos primários; crescimento no século XX com substituição de importações – por que então reprimarizar ainda mais as exportações brasileiras no século XX através da abertura comercial? Desconstruo essa interpretação ideológica em meu capítulo no livro (Cap. 22).**
- **Mas há mais. É que a teoria das vantagens comparativas é complexa. Samuelson a citou como exemplo da cientificidade da economia, em resposta a físico que o desafiou a listar uma lei econômica que fosse ao mesmo tempo verdadeira e não óbvia. Difícil de explicar por que ceder empregos para o exterior que podiam ficar no país. Há uma questão de**

tradução, de explicação, de convencimento na qual falham os economistas.

- **Também falham os economistas ao com frequência usar modelos de livro-texto, pressupondo concorrência perfeita, que não se aplicam no mundo real. Aqui a questão é de termos humildade face à miríade de imperfeições de mercados, que não podem ser tratados "como se" fossem equivalentes a equilíbrios de concorrência perfeita. No caso da abertura comercial, reconhecer que pode gerar perdas setoriais e regionais difíceis de compensar.**

DATAS DE INSERÇÃO DAS POLÍTICAS, POR CAPÍTULOS DO LIVRO

0000 Cap. 9 Crédito direcionado em geral

0000 Cap. 15 Preços combustíveis

0000 Cap. 17 Lei Estatais de 2017 mitiga mas não resolve

0000 Cap. 22 Fechamento economia

1972 Cap. 16 Infraero

1992 Cap. 4 Fundos Garantidores Crédito Educativo

1995 Cap. 3 Lucros presumidos

2001 Cap. 4 Fundos Garantidores FIES

2001 Cap. 18 FIES

2003 Cap. 3 Simples Nacional

2003 Cap. 10 Previdência social, mudanças legislativas negativas, 2003-2015

2004 Cap. 18 Prouni

2006 Cap. 6 Benefícios tributários, financeiros e creditícios

2007 Cap. 19 Fundes

2007 Cap. 23 Antidumping, acentuado entre 2007 e 2014

2008 Cap. 4 Fundos Garantidores Construção Naval

2008 Cap. 5 Fundo Soberano do Brasil

2008 Cap. 8 Crédito direcionado, Programa de Sustentação do Investimento

2008 Cap. 11 MEI

2008 Cap. 16 Centro nacional tecnologia eletrônica avançada, Ceitec

2008 Cap. 18 Expansão ensino superior, universidades públicas e institutos federais

2008 Cap. 20 Piso salarial professores, com reajustes agressivos em 2009-2021

2010 Cap. 14 Regulação petróleo, Lei 1235

2010 Cap. 24 Conteúdo local, óleo e gás

2011 Cap. 7 Política monetária inconsistente, até 2015

2011 Cap. 21 Pronatec

2012 Cap. 1 Estímulos fiscais federais

2012 Cap. 2 Estímulos fiscais estados e municípios

2012 Cap. 13 MP 579, setor elétrico

2012 Cap. 25 Inovarauto

2019 Cap. 12 Previdência militares, distorções agravadas em 2019

2021 Cap. 19 Novo Fundes